

PRINCÍPIOS DA TEORIA GRAFEMÁTICA PARA DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS ESCRITOS

PRINCIPLES OF GRAPHEMATIC THEORY FOR THE DESCRIPTION AND ANALYSIS OF WRITTEN TEXTS

“Juliana Di Fiori Pondian¹

Resumo: O artigo propõe a sistematização da teoria grafemática, situada entre a linguística estrutural e a semiótica, com o objetivo de descrever a escrita como um sistema de significação independente. A partir da revisão de autores como Saussure, Hjelmslev, Nina Catach, Jacques Anis e Jean-Marie Klinkenberg, o texto discute o estatuto teórico da escrita, mostrando que, embora tradicionalmente subordinada à oralidade, ela possui um plano de expressão próprio, dotado de organização interna, orientação espacial e dimensão visual. Defende-se que a escrita constitui uma semiótica autônoma, composta por três ordens — linguística, espacial e visual — que interagem na produção de sentido. A teoria propõe ainda níveis de análise específicos (grafos, grafemas, sílabas, palavras, frases e linhas), equivalentes aos níveis fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua falada, mas adequados à materialidade gráfica. Ao estabelecer princípios de análise para a forma da expressão escrita, a grafemática busca compreender como a visualidade participa da significação linguística e literária, fornecendo instrumentos para descrever fenômenos como a pontuação, a *mise en page* e a retórica visual dos textos, especialmente nas manifestações em que o gráfico e o verbal se entrelaçam, como nas vanguardas poéticas e na poesia visual contemporânea.

Palavras-chave: Escrita; Grafemática; Semiótica; Linguística estrutural; Materialidade gráfica.

Abstract: This article proposes an autonomous graphematic theory positioned between structural linguistics and semiotics, aiming to describe writing as an independent yet correlated system of signification in relation to speech. Drawing on theorists such as Saussure, Hjelmslev, Nina Catach, Jacques Anis, and Jean-Marie Klinkenberg, it examines the theoretical status of writing, arguing that although traditionally viewed as secondary to orality, writing possesses its own plane of expression characterized by internal organization, spatial orientation, and visual dimension. Writing is defined as an autonomous semiotic system composed of three interrelated orders — linguistic, spatial, and visual — that collectively generate meaning. The theory introduces specific analytical levels (graphetic traces, graphemes, syllables, words, sentences, and lines), corresponding to the phonological, morphological, and syntactic levels of spoken language but adapted to graphic materiality. By establishing principles for analyzing the form of written expression, graphematics seeks to understand how visibility contributes to linguistic and literary meaning, offering tools to describe phenomena such as punctuation, *mise en page*, and the visual rhetoric of texts — especially in avant-garde and visual poetry, where the graphic and verbal dimensions converge.

¹Professora de Linguística na Universidade Federal Fluminense – RJ, Brasil, onde desenvolve pesquisas em linguística da escrita (grafemática), semiótica, tradução e poesia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5550-7325> E-mail: jpondian@id.uff.br

Keywords: Writing; Graphematics; Semiotics; Structural linguistics; Visuality.

Introdução

Na tradição dos estudos linguísticos, a escrita foi, durante muito tempo, compreendida apenas como um sistema secundário de representação da língua falada. Contudo, ao longo do século XX, diversos objetos semióticos — em especial certas manifestações literárias como as vanguardas, o concretismo, o espacialismo e o poema/processo — vêm questionando essa concepção, ao transformar a própria materialidade gráfica em núcleo de sentido. Nessas produções, a disposição na página, o uso tipográfico e outros recursos visuais tornam-se elementos constitutivos da significação, deslocando a escrita do papel de simples suporte para o de protagonista na construção de sentido dos textos.

Diante desse cenário, propomos discutir o estatuto da língua escrita nos campos da linguística estrutural e da semiótica, com o objetivo de estabelecer princípios e unidades operatórias para seu estudo no âmbito de uma Teoria Grafemática. A partir dessa base, buscamos compreender o plano de expressão gráfico — isto é, o modo como a materialidade da escrita intervém na produção de sentido —, abrangendo desde a exploração da letra em si até as formas de composição visual da página e a configuração do livro enquanto objeto.

Partimos da hipótese de que, assim como há figuras próprias aos planos do conteúdo (metáfora, metonímia) e da expressão fônica (aliteração, paronomásia), também existem figuras específicas do plano de expressão gráfico. Para demonstrar essa ideia, apresentaremos uma breve revisão do estatuto da escrita na linguística, culminando na proposição de uma grafemática autônoma que possibilita descrever os níveis de análise da língua escrita e, a partir deles, identificar usos particulares capazes de configurar uma retórica da escrita.

1. Estatuto da escrita na linguística estrutural

No *Cours de linguistique générale* (CLG), encontram-se afirmações sobre a escrita, entendida como um sistema de signos distinto da língua, cujo papel seria apenas

representá-la. A partir dessa perspectiva, a linguística deveria restringir-se ao estudo da *langue*, afastando-se de uma tradição filológica que atribuía peso excessivo à ortografia. Essas passagens tornaram-se célebres justamente pela polêmica que suscitaram: ao longo do século XX, muitos estudiosos seguiram a exclusão da escrita proposta no CLG, enquanto outros — como Derrida, Harris e Anis — contestaram a visão saussuriana, reivindicando o lugar da escrita na reflexão linguística.

Entretanto, a leitura dos cadernos dos alunos de Saussure revela que o tratamento dado à escrita variou consideravelmente entre os diferentes cursos (cf. “Trecho removido para preservar a avaliação às cegas”). No *1er Cours* há apenas um esboço das ideias que se consolidariam no CLG; no *2e Cours* (cadernos de Riedlinger), observa-se um posicionamento mais aberto, em que a escrita não poderia ser afastada dos estudos linguísticos, ainda que não devesse substituir a fala; já no *3e Cours*, encontra-se praticamente formulado o capítulo “Représentation de la langue par l’écriture” do CLG, em que se radicaliza a separação entre língua e escrita. Assim, o ponto de vista de Saussure não é uniforme: dependendo do curso tomado como base, a resposta à questão do papel da escrita na linguística pode variar.

De modo geral, contudo, é possível afirmar que Saussure buscava sobretudo corrigir uma confusão teórica própria de seu tempo — o privilégio da escrita como modelo da língua. Se, por um lado, ele insistia na primazia da fala como objeto da linguística, por outro, suas formulações também deixam entrever a possibilidade de considerar fala e escrita como manifestações complementares da *langue*. Essa perspectiva abre caminho para pensar que ambas — imagem acústica e imagem gráfica — constituem vias legítimas de acesso ao funcionamento do signo linguístico, o que justifica a necessidade de disciplinas correlatas, como uma *grafemática*, ao lado da fonética e da fonologia.

Nesse panorama, Louis Hjelmslev, por sua vez, oferece um contraponto importante. Inspirado nas dicotomias saussurianas de significante/significado e forma/substância, ele amplia o horizonte ao propor, na teoria glossemática, que qualquer sistema de signos pode ser analisado em termos de *forma* e *substância*, não apenas as línguas “naturais”. Nesse quadro, a escrita não é derivada nem secundária em relação à fala: constitui uma substância própria da expressão, independente da substância fônica e igualmente apta a manifestar a forma linguística. Assim, a notação gráfica não precisa ser transposta em som para ser compreendida, podendo inclusive engendrar sua própria

forma semiótica. Em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* e em “A estratificação da linguagem”, Hjelmslev equipara fonética e “grafemática”, reconhecendo tanto uma substância fônica quanto uma substância gráfica. Desse modo, o problema da escrita não se coloca mais em termos de representação, mas de manifestação: uma mesma forma pode realizar-se em substâncias diversas (sonora, gráfica, gestual, etc.), ou, no caso de ortografias não fonéticas, a escrita pode constituir um sistema formal próprio.

Em síntese, enquanto o *Curso de linguística geral*, tal como foi editado, tende a marginalizar a escrita para garantir a autonomia da linguística frente à tradição filológica, Hjelmslev reinsere a questão num quadro mais amplo, atribuindo à escrita um estatuto estrutural equivalente ao da fala. Isso abre caminho para pensar não apenas a fonologia, mas também a grafemática, como disciplinas legítimas e necessárias ao estudo da linguagem.

2. Breve revisão dos estudos sobre a escrita no panorama francófono

O estudo da escrita sempre mobilizou diferentes áreas, mas a descrição sincrônica permaneceu pouco explorada fora de fins pedagógicos ou psicológicos. Na tradição pós-saussuriana, os debates ganharam força sobretudo a partir dos anos 1980, dividindo-se entre a perspectiva fonografista, de Nina Catach, e a autonomista, de Jacques Anis, além de contribuições de autores como Roy Harris, Anne-Marie Christin, Jean-Marie Klinkenberg, entre outros. Neste artigo, adotamos a vertente semiolinguística que reconhece a estreita relação entre língua e escrita, tomando como base as proposições de Anis, Catach e Klinkenberg para fundamentar uma abordagem grafemática capaz de oferecer categorias formais e hierárquicas para a descrição da língua escrita.

2.1 A grafemática autônoma de Jacques Anis

Jacques Anis, linguista francês ativo sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, dedicou-se ao estudo da escrita em diferentes vertentes – da sistematização teórica no âmbito da linguística à visualidade do texto poético, passando ainda pela escrita digital e pela sociolinguística da escrita. Sua principal contribuição foi a defesa de uma grafemática autônoma, isto é, uma teoria capaz de descrever fenômenos próprios da escrita sem subordiná-la à fala. Contra o fonocentrismo herdado do *Cours de linguistique*

générale e contra o fonografismo de Nina Catach – para quem a escrita é essencialmente representação da fala –, Anis propõe tratar a língua escrita como um sistema específico, que interage com a oralidade, mas dela não depende (1983a, 1988).

No artigo “Pour une graphématique autonome” (1983a), o autor rebate uma série de argumentos que negavam a autonomia da escrita, entre eles a suposta anterioridade da fala, a função meramente representacional do grafema e a definição deste como simples transcrição do fonema. Em oposição, sustenta que a leitura pode estabelecer relações diretas entre unidades gráficas e significados, sem necessidade de oralização, o que resulta em considerar a escrita como plano autônomo de expressão. A partir disso, formula quatro proposições centrais: (i) o significante é fônico na fala e gráfico na escrita; (ii) conforme Hjelmslev, a língua pode alternar entre expressão fônica e expressão gráfica; (iii) o grafema é a unidade mínima da forma gráfica; (iv) distinguem-se grafemas segmentais (as letras e combinações que compõem palavras) e suprasegmentais (sinais que organizam o enunciado, como pontuação e disposição tipográfica).

Anis aplica esse modelo à língua francesa, elaborando um inventário de letras e sinais do alfabeto latino, e amplia sua teoria em *L’écriture: théories et descriptions* (1988), escrito com Chiss e Puech. Além disso, em “L’écriture poétique” (1983b), introduz o conceito de *vi-lisibilité* (*visilegibilidade*), segundo o qual a materialidade gráfica do texto poético participa de sua significação: o poema não é soma de sons e letras, mas um corpo integrado em que visualidade e discurso se entrelaçam. Embora inacabada, a grafemática de Anis representa uma inflexão decisiva para a constituição de uma teoria sincrônica da escrita, cujo potencial será explorado no capítulo seguinte.

2.2 As teorias da pontuação do círculo de Nina Catach

O estudo moderno da pontuação ganha novo fôlego a partir dos anos 1970, com o grupo HESO (Histoire et Structure du Système Orthographique), fundado por Nina Catach, que reuniu pesquisas sobre ortografia e escrita. Até então, as reflexões sobre pontuação alternavam entre duas concepções tradicionais: a lógica (clareza sintática) e a oral (marcação de pausas e respiração). Catach e seus colaboradores buscaram sistematizar o tema a partir da linguística, ampliando o escopo da pontuação para além dos sinais básicos, incluindo brancos tipográficos, *mise en page* e até aspectos editoriais.

Em suas propostas (1980), Catach define a pontuação como um conjunto de sinais que desempenham três funções principais: 1) Sintática – organizar e separar unidades do discurso (vírgulas, pontos, brancos); 2) Suprasegmental – marcar ritmo, pausas e entonação, aproximando escrita e oralidade; e 3) Semântica/estilística – reforçar sentidos, substituir elementos e criar efeitos literários. A autora introduz ainda o conceito de espaço gráfico, que abrange três níveis de organização:

- Pontuação de palavra (espaços interletras vs. espaços interpalavras, hífen, apóstrofo),
- Pontuação da frase (maiúscula inicial, ponto final, travessões),
- Pontuação de texto (capítulos, margens, notas, *mise en page*, etc.).

Com base em Hjelmslev, Catach classifica os sinais gráficos em fonogramas, morfogramas, logogramas e ideogramas, considerando os sinais de pontuação como os grafemas mais “plerêmicos”, ou seja, portadores de significado. Para nomeá-los, propõe o termo *ponctèmes*. Apesar de propor uma das primeiras sistematizações do espaço gráfico, a teoria de Catach mantém forte vínculo com a oralidade, razão pela qual é considerada fonografista. Seu sistema oscila entre uma teoria da pontuação e uma teoria geral da escrita, sem se consolidar plenamente em nenhuma das duas direções. Ainda assim, suas categorias (como a divisão tripartida da pontuação e o conceito de *ponctème*) marcaram profundamente os estudos posteriores e serviram de base para autoras como Véronique Dahlet e sua teoria da pontuação (2005).

2.3 A tipologia geral das funções da escrita, de Jean-Marie Klinkenberg

Jean-Marie Klinkenberg (2006) propõe uma abordagem geral da escrita como sistema semiótico, articulando perspectivas da linguística e da semiótica visual. Sua concepção é dialética: a escrita é ao mesmo tempo glóssica, vinculada à língua, e relativamente autônoma, com capacidade de assumir funções não linguísticas. Diferentemente de Anis, que foca na escrita como sistema linguístico, Klinkenberg prioriza a descrição das funções variadas que a escrita pode desempenhar.

O autor destaca a escrita como fenômeno espacial, não apenas linear como a fala. Esse caráter espacial permite que a escrita ocupe duas ou três dimensões, possibilitando

relações lineares e tabulares simultaneamente e abrindo caminho para funções não linguísticas. Essa transposição de canal (oral → visual) transforma a natureza dos enunciados, preservando a linearidade, mas conferindo espacialidade. Assim, Klinkenberg divide as funções da escrita em dois grandes grupos:

1. Funções glóssicas – relacionadas ao código linguístico, que podem ser: Autônomas (fonemográficas e ideográficas); ou Heterônomas (morfológicas, temáticas, distintivas, demarcativas, entonativas e regulativas).
2. Funções não glóssicas (gramatológicas) – relacionadas à escrita enquanto inscrição espacial, incluindo funções: simbólicas, indiciais, icônicas, indexicais e taxonômicas/topológicas.

Embora abrangente e detalhada, a tipologia de Klinkenberg é complexa e pouco econômica, funcionando mais como um inventário descritivo do que como modelo aplicável a sistemas específicos de escrita. Seu trabalho combina conceitos da linguística saussuriana e da semiótica peirceana, articulando autonomia relativa da escrita e sua relação com a fala, sem discriminar unidades textuais de maneira sistemática.

3. Proposições para uma grafemática autônoma²

A grafemática proposta insere-se na zona de intersecção entre a teoria linguística, tal como instituída pelo *Curso de Linguística Geral*, e uma teoria semiológica mais ampla que dela se origina e a abrange (Hjelmslev, Greimas etc.), assim como dialoga diretamente com os desdobramentos teóricos do século XX, inspirados nesses dois fundadores, acima descritos. De um lado, portanto, apoia-se fortemente na grafemática autônoma de Jacques Anis; de outro, incorpora contribuições de autores como Nina Catach e Jean-Marie Klinkenberg, em nível semiótico mais global.

² As proposições a seguir foram originalmente desenvolvidas “Trecho removido para preservar a avaliação às cegas” da qual alguns trechos foram mantidos integralmente neste artigo. A reprodução literal desses fragmentos justifica-se pela natureza conceitual e pela necessidade de preservar a formulação original das ideias, de modo a colocá-las em circulação e possibilitar sua difusão, discussão e teste, ampliando seu alcance teórico e abrindo espaço para interlocuções futuras.

3.1 Definição de escrita

Com o pano de fundo epistemológico estabelecido, é necessário definir nosso objeto de estudo: a escrita. Nos dicionários modernos (em diferentes línguas, como Houaiss, Littré, American Heritage, por exemplo), ela é descrita principalmente como “representação da fala por signos gráficos” ou como “conjunto de signos em um sistema de escrita”. Já em línguas antigas, como grego, latim e sânscrito, os termos equivalentes destacam a representação por linhas, próxima do desenho, sem vínculo direto com a fala.

Essas definições revelam limites: a antiga é ampla demais, enquanto a moderna é restrita. Tampouco uma perspectiva teórica clara se consolida: Klinkenberg (2006) distingue concepções estritas (Saussure, Martinet, Buyssens), que veem a escrita como mera representação da fala, e concepções amplas (Derrida, Harris, Christin), que consideram qualquer inscrição como escrita. Nenhuma dessas posições é suficiente para explicar a escrita tal como se apresenta no mundo ocidental letrado contemporâneo.

A concepção aqui defendida é que a escrita é um sistema semiótico pertencente ao domínio linguístico (em contraposição à escrita musical, matemática, química, etc.), distinto da fala, mas coexistente com ela na semiose. Ler um texto e ouvir sua leitura produzem diferentes tipos de semiose, evidenciando a autonomia da escrita.

Segundo a Glossemática, as línguas naturais podem se manifestar em diversas substâncias (fônica, gráfica, etc.) sem hierarquia entre elas. Para Hjelmslev, a manifestação gráfica não é secundária à fônica. Uldall (1944) reforça que não faz sentido considerar um sistema gráfico “inadequado” em comparação com o fônico: ambos são manifestações equivalentes da língua. Assim, definimos:

§ A escrita é um sistema semiótico, dotado de um plano de expressão e um plano de conteúdo, com suas respectivas forma e substância. A Grafemática deve se ocupar do estudo da forma da expressão gráfica; enquanto a Grafética³ seria a disciplina que se encarregaria da substância.

³ O termo grafética foi proposto por Jacques Anis (1983a).

Enquanto sistema, a escrita adquire autonomia em relação à fala, mas permanece uma das formas pelas quais o conteúdo linguístico se manifesta. A expressão gráfica e a expressão fônica podem alternar-se na semiose, sem que uma dependa da outra. Onde obtemos o segundo esquema:

§ Na língua, portanto, a escrita é uma das formas de expressão pelas quais as formas do conteúdo se manifestam. Logo, expressão gráfica e expressão fônica podem se alternar na semiose das línguas naturais, sem ter necessariamente de estar em relação uma com a outra.

3.2 Plástico vs. Linguístico

Uma confusão recorrente nas definições de escrita consiste em situá-la entre duas semióticas distintas: a *visual* (ou plástica) e a *verbal* (ou linguística). Em contraposição a essa dicotomia, Klinkenberg, por exemplo, propõe compreender a escrita como uma semiótica *espacial*, e não meramente visual — sendo a espacialidade, portanto, o traço que lhe é pertinente.

Em nossa perspectiva, porém, as dimensões linguística e plástica (visual e espacial) não devem ser tratadas como excludentes. A escrita não se reduz a nenhuma delas isoladamente; antes, configura um sistema próprio, que integra aspectos linguísticos e plásticos. Pode-se dizer que é perceptível pela visão, mas não se limita ao visual; é linguística, mas não se restringe ao verbal. Trata-se, assim, de um sistema autônomo, dotado de regras e funcionamento específicos — uma semiótica autônoma, nos termos defendidos por Jacques Anis. Diante desse quadro, nossa proposta é a de que:

§ A escrita é um objeto que conjuga três ordens: *linguística*, *espacial* e *visual*. A componente linguística dita sua estrutura interna (leis gráficas⁴); a espacial, sua sintaxe geral (disposição/direção); e a visual, sua composição material (traço/dimensão).

⁴ Segundo Hjelmslev: “Il y a sans doute des lois graphiques (pas dégagées encore, peut être) qui ne s’expliquent que par la substance graphique ; il serait faux de vouloir expliquer de tels faits génétiques par une autre substance que par celle dont ils relèvent.” (Em: Arrivé, 1981, p. 348)

3.3 Características universais da escrita

As três ordens acima evidenciam as três características universais da escrita:

§ Organização. Em todo sistema de escrita se encontram presentes leis (orto)gráficas internas próprias (uma grafotaxe a ser descrita, tal como faz Anis para a língua francesa, que é mais do que uma ortografia), possibilitando que se apresente de fato como um sistema. Nesse aspecto, ela pode relacionar-se com o sistema fônico, mas não deixa de ter suas características particulares, que nada têm a ver com a fala; por ex. obrigatoriedade de *m* antes de *p* ou *b*, em língua portuguesa. Esta característica, portanto, ressalta da ordem *linguística* da escrita.

§ Orientação. A escrita ocupa o espaço (papel, parede, tecido, etc.), sem o que não pode existir. O modo como ocupa esse espaço é variável segundo cada língua, porém, o princípio de orientação que, mais geral, substitui aqui a ideia da linearidade, é indispensável para sua compreensão: esquerda > direita; alto > baixo; etc. Esta característica é de ordem sintática, conjuga posição e direção, e procede da ordem *espacial* da escrita.

§ Dimensão. Todos os caracteres da escrita (e mesmo o branco) possuem um conjunto de traços com formas e dimensões particulares que nos permitem reconhecê-los. Estes traços são os que formam as letras, os ideogramas e todos os caracteres gráficos, variando segundo cada língua, mas podendo ser descritos a partir de princípios de caligrafia e tipografia, logo, de ordem *visual*. Esta característica é de ordem morfológica.

3.4 Pressupostos da grafemática

Das definições anteriores decorre, portanto, que a escrita, sendo um sistema semiótico dotado de alguns princípios gerais, porém, variável a cada língua, a grafemática deve ser:

§ Autônoma. Este pressuposto decorre do que foi estabelecido acima, de que a língua escrita é um sistema autônomo de signos, logo, seu estudo também deve ser independente da língua falada. Isso não quer dizer que o estudo da língua escrita não possa estar vinculado à fala, mas apenas que ele não precisa dela. Aliás, no quadro teórico amplo de uma linguística geral, há de haver um ponto de encontro entre as duas formas da expressão, no qual se encontram a grafemática e a fonologia (e a grafética e a fonética).

§ Sincrônica. A necessidade de um estudo sincrônico da escrita tem o mesmo sentido da dicotomia saussuriana sincronia vs. diacronia. Muito já foi falado sobre a escrita do ponto de vista histórico e mesmo comparativo, porém, pouquíssimos arriscaram estudá-la de um ponto de vista descritivo.

§ Geral. Não se sabe até que ponto uma grafemática pode valer universalmente para qualquer sistema de escrita. Até o momento, o mais próximo que se chegou da realização de um modelo foi com Anis, cuja descrição restringe-se ao sistema da língua francesa. Assim, reservamos para ela o caráter de “geral”, tal como proposto por Hjelmslev, que não é nem universal, nem particular, *quando uma operação pode ser efetuada em qualquer objeto sob algumas condições, mas não sob todas as condições.*

3.5 Unidades operatórias da escrita

As definições de grafema já propostas abrangem um campo vasto e heterogêneo de unidades pertencentes à língua escrita: grafemas alfabéticos e não alfabéticos, grafemas de coalescência, grafema zero, entre outros. Assim, segundo diferentes autores, podem ser considerados grafemas tanto uma letra isolada quanto uma combinação de letras que representam um único fonema, uma vírgula, o espaço entre palavras, o branco da página, uma letra maiúscula, uma variação tipográfica ou um diacrítico.

Se na ciência linguística o instrumento de observação e análise é a metalinguagem, não surpreende que, diante de definições tão múltiplas e dispersas, nenhuma teoria da escrita tenha ainda se consolidado. Longe de propor aqui uma metalinguagem definitiva,

buscaremos antes delinear um modo de distinguir as possíveis unidades da língua escrita — menores ou maiores, morfológicas ou sintáticas.

Para tanto, é essencial retomar as três características anteriormente enunciadas. Qual seria, afinal, a menor unidade composta por traços visualmente perceptíveis e que ocupa uma posição significativa na organização espacial da escrita? Seria a palavra uma unidade pertinente? E o diacrítico, como classificá-lo? As questões são numerosas e encontrar critérios que atendam a diferentes sistemas de escrita mostra-se tarefa complexa.

Tomemos o exemplo da palavra. Alguns teóricos a consideram uma unidade pertinente, já que aparece, nos textos, delimitada por espaços brancos à direita e à esquerda. Embora essa definição funcione em muitas línguas, deixa de ser válida em outras, nas quais a separação entre palavras não é convencional — e nem mesmo foi historicamente universal, como mostram os casos do grego e do latim antigos.

Se adotarmos apenas o critério da dimensão *visual*, a letra poderia — ou não — ser tomada como unidade mínima. Na escrita manuscrita (e mesmo na mecânica, como no caso de “æ”), as ligaduras frequentemente impedem a delimitação nítida das unidades gráficas. Tampouco é satisfatório definir o grafema a partir do fonema, já que ambos os sistemas se estruturam de modo independente. O que, então, determina uma unidade mínima da escrita — isto é, um grafema? E quais seriam as unidades maiores e menores que ele?

Essas dificuldades mostram que a escrita não pode ser sistematizada levando-se em conta apenas seu aspecto visual ou apenas o linguístico. As categorizações devem articular três ordens interdependentes — linguística, espacial e visual —, ainda que, em certas análises, uma delas se sobressaia. Todas, contudo, precisam ser contempladas no sistema geral da escrita.

Com base nisso, propomos a seguir uma primeira sistematização inspirada nos níveis de análise formulados por Benveniste em *Les niveaux d'analyse linguistique* (1966). Para o autor, o fonema constitui a menor unidade sobre a qual é possível operar segmentações e substituições — as duas operações fundamentais da análise linguística. O fonema pode ser decomposto em seus traços distintivos, nível mais abstrato, onde apenas as substituições são possíveis. Acima dele situam-se o morfema ou a palavra, e, finalmente, a frase — limite superior que não pode ser ultrapassado.

a) *Traços distintivos*

Qualquer forma alfabética pode ser reduzida a um esqueleto estrutural, que revela sua construção básica e as proporções relativas de cada letra em termos de altura e largura. O caráter de uma letra decorre de seus traços, de seu percurso e de sua angulação — elementos que, em conjunto, constituem a forma essencial dos alfabetos. É essa estrutura que diferencia cada letra das demais, conforme observa Bomeny (2010, p. 51).

O instrumento de registro e o suporte material também influenciam decisivamente a configuração desses traços: do estilete que gravava a argila nas escritas cuneiformes ao cálamo de bambu, às penas de ave e, mais recentemente, à caneta esferográfica. A tipografia, nesse sentido, fornece a definição formal daquilo que, em termos linguísticos, corresponde aos traços distintivos da escrita.

A substância gráfica define-se, portanto, por esses traços distintivos — que podemos chamar *grafos* —, responsáveis pela composição dos grafemas. Embora variem conforme o estilo tipográfico, o gesto caligráfico ou o próprio sistema de escrita, todos obedecem a um mesmo princípio fundamental: constituir-se como traços significativos que permitem a identificação de um grafema e que podem ser substituídos e reaproveitados para construir outro grafema. Sem eles, a unidade gráfica se perde.

Definir com precisão o que são os grafos, contudo, não é tarefa simples. Por isso, Anis (1983a) propõe que a questão seja abordada em diálogo com especialistas da substância gráfica, como Philippe Coueignoux (1983), que se dedicou ao estudo do reconhecimento de caracteres e de seus mecanismos formais.

b) *Morfologia.*

§ **Grafemas.** O grafema é o menor traço ou conjunto de traços (*grafos*) da ordem da dimensão (visual), significativo do ponto de vista organizacional das leis internas (orto)gráficas e que ocupa uma posição orientada no espaço de manifestação da escrita. É, portanto, a menor unidade morfológica da escrita na cadeia sintagmática e varia conforme cada língua: pode ser a letra (nos sistemas alfabéticos, de origem *cuneiforme*), o ideograma (da *caligrafia chinesa*) ou o hieróglifo (desenvolvido pelos *egípcios*) — sendo estes os três principais tipos originários dos variados sistemas de escrita.

Ao contrário do que acontece em fonologia, em que se pode utilizar o alfabeto fonético internacional, válido para a descrição de (quase?) todas as línguas; neste primeiro momento consideramos que na escrita é preciso que cada língua apresente seu inventário de grafemas antes da análise. Porém, esse princípio de unidade mínima prevalece idêntico para todos e ainda, segundo Anis (1983a), sua descrição pode sempre se valer dos métodos estruturais clássicos, já consolidados na fonologia. A título de exemplo reunimos abaixo os grafemas da língua portuguesa, tal como Anis fez para a língua francesa:

Grafemas alfabéticos:

a b c ç d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x z y z

Grafemas diacríticos⁵:

´ ` ^ ~ ¨

Grafemas simbólicos:

@ # \$ % & §

Enquanto parte do sistema, os grafemas alfabéticos podem ser de dois tipos: *núcleos* (*node*) ou *satélites* (*sate*). Em relação a isso, reproduzimos aqui, tal qual, a proposta de Anis, inspirada no conceito de Hjelmslev para o plano fônico, delimitando as partes *centrais* e *marginais* da sílaba, como Malmberg (1971, p. 57).

Vogal gráfica = é a parte suscetível de formar o núcleo de uma sílaba (*node*).

Consoante gráfica = é a parte que forma o seu satélite (*sate*).

Resultam da combinação de grafemas (*núcleos* ou *satélites*) as sílabas gráficas. Essa combinação é variável em cada língua e segue justamente o princípio da organização linguística (*grafotaxe*) enunciado acima.

§ Sílabas gráficas. A formação das sílabas é possível graças às leis gráficas e à distinção entre núcleo e satélite. Por exemplo, e este é um fator exclusivamente gráfico, em língua portuguesa, pelo menos, quando uma linha termina sem ter terminado a palavra, há uma sobredeterminação da (orto)grafia de como se pode separar a palavra em unidades

⁵ Anis, em sua lista dos grafemas da língua francesa, traz os diacríticos como sinais pertencentes a um único grafema (formando um “arquigrafema”), uma vez que eles não poderiam existir senão acoplados às letras.

maiores que o grafema, menores que a palavra ela mesma. Da combinação de sílabas gráficas resultam *palavras*.

§ **Palavras.** São unidades que necessitam mais do princípio de **organização** linguística enunciado acima do que dos demais, uma vez que sua dimensão (visual) pode variar conforme a língua. Em português, por exemplo, são as maiores unidades delimitadas por espaços brancos à esquerda e à direita, porém, apenas esse critério não é suficiente para defini-las. Assim como na língua falada, cujas ligações não permitem uma segmentação clara da palavra, baseada em critérios unicamente fonéticos, na escrita não se pode defini-la unicamente pela sua posição ou dimensão. Uma palavra é, sim, uma unidade linguística, de origem arbitrária, que encontra em cada língua seu modo de representação visual. O que assegura sua independência é que ela pode ser segmentada em *grafemas/sílabas*, nível imediatamente inferior, e pode integrar-se às *frases*, nível superior de análise. Como estamos aqui colocando em evidência a nossa língua, portuguesa, seu modo de representação visual são os brancos à direita e à esquerda que a delimitam. E, nesse caso, é justamente esta a característica que permite às vezes a formação de palavras-valise (por supressão do branco ou adição de um hífen – traços pertinentes apenas à língua escrita –, por exemplo).

§ **Frases.** O nível superior à palavra é talvez o mais difícil de ser definido em qualquer aspecto linguístico. Para nós, a frase precisa da língua escrita para existir, e é delimitada pela maiúscula inicial e pelo ponto final; do contrário, se perde no fluxo do discurso oral.

Em “Les niveaux d’analyse linguistique” (1966), por exemplo, Benveniste diz que o nível superior à palavra seria o da frase. No entanto, ele mesmo não chega a propor uma definição clara do que seria a frase⁶. E a nossa pergunta é se existe frase fora da língua escrita? Em seu sistema, Benveniste não considera em nenhum momento a língua escrita e o grafema em seus níveis de análise; a não ser para ilustrar o que é a frase. Assim como esta não tem nenhum valor sem seus constituintes (as palavras); os grafemas de uma

⁶ Les relations sont moins aisées à définir dans la situation inverse, entre le mot et l’unité de niveau supérieur. Car cette unité n’est pas un mot plus long ou plus complexe : elle relève d’un autre ordre de notions, c’est une phrase. La phrase se réalise en mots, mais les mots n’en sont pas simplement les segments. Une phrase constitue un tout, qui ne se réduit pas à la somme de ses parties ; le sens inhérent à ce tout est réparti sur l’ensemble des constituants. (Benveniste, 1966, p. 123)

palavra tomados individualmente também não seriam nem mesmo uma fração qualquer da palavra enquanto tal (1966, p. 126).

Este nível é tão controverso e de difícil definição que Dahlet (2006), por exemplo, ao criar seu sistema para a pontuação, começa definindo três níveis: pontuação de palavra; pontuação de frase; pontuação textual. Ao longo do livro, a pontuação textual desaparece e é a pontuação de frase que engloba todos os sinais de sequencialização ou de enunciação – para nós, discursivos, do texto.

Por isso, buscando uma definição que contemple todos os aspectos linguísticos que pode apresentar, definimos a frase enquanto unidade que deve satisfazer tanto critérios internos da linguística (o de ser um predicado, constituir-se enquanto parte/todo do discurso), como critérios formais, o modo como se apresenta na página, delimitada por sinais de pontuação sem correspondência com a língua oral. Daí que para defini-la é preciso contar com as definições gerais sintáticas, que delimitam a escrita (sinais de pontuação, espaço branco, letra maiúscula, etc.); ou seja, o que chamaremos *grafotaxemas*, que serão descritos a seguir, entrando assim no terreno limítrofe entre a morfologia e a sintaxe.

À necessidade de se definir a frase se soma a necessidade de definição da noção de verso. Por isso, buscamos definir ambos segundo suas características sintáticas – de posição, pontuação e organização –, a fim de enumerar critérios que podem abarcar os dois domínios no âmbito da língua escrita. O verso poderá coincidir, como veremos, ora com a frase, ora com a linha, definida abaixo.

§ Linhas. Traço contínuo, real ou imaginário, representativo de uma extensão que se considera hipoteticamente como não tendo largura nem altura, apenas comprimento. A linha se forma pelo conjunto de caracteres dispostos sequencialmente, uns ao lado dos outros, com intervalos brancos, da esquerda para a direita (em português), na extensão de uma superfície qualquer. Unidade de cunho estritamente visual/espacial, organizada, dotada de direção e dimensão específica, qual seja, a de uma reta formada pelos caracteres da escrita sobre um espaço qualquer; ou do branco delimitado pelos caracteres da escrita. Pode conter uma ou mais frases ou partes de frase. É uma unidade muito importante para o estudo da escrita, uma vez que determina sua direção e organiza o espaço que ocupa.

Além disso, é passível de diversas intervenções, como o alongamento ou condensação em relação ao suporte; o aumento ou diminuição do intervalo entre cada

uma; além de ser a unidade gráfica aparentemente mais proveitosa para o estudo do verso (que não é a frase); sobretudo do **verso livre**, do qual, além do ritmo, nem sempre evidente, parece ser a única medida (*verso gráfico*). Categoria neutra na prosa e neste texto, por exemplo, a linha é o que amarra a linearidade da escrita, o fato de os grafemas se sucederem uns após os outros na leitura. Por exemplo, se

distribuímos

a s

palav
ras

assim

,

perdemos um tanto da noção de linha. Eis, portanto, um conceito essencial da escrita para o estudo da poesia, sobretudo, desde o final do século XIX até os dias de hoje. Grande parte dos poemas escritos desde então não contam senão com a linha (ou com a supressão da linha) enquanto separador de partes, do verso livre à poesia concreta.

§ **Blocos.** Os blocos, por sua vez, são um ajuntamento de linhas e correspondem, geralmente, aos parágrafos ou às estrofes. São a massa em cores (dos grafemas) ou branca (da página) que se forma na página por oposição uma à outra. Os blocos podem compor-se na horizontal (com a inserção de uma linha branca para isolá-los, o procedimento mais comum) ou na vertical, em colunas, por exemplo. Na prosa, é marcado em geral pela alínea e em poesia, normalmente, correspondem às estrofes, quando separadas na página por uma linha branca; mas sua constituição vai muito além desta.

§ **Páginas.** O nível mais geral que se pode obter é o máximo que se pode apreender num só golpe visual (normalmente, a página, mas que não se restringe ao suporte do livro), numa estrutura segundo a qual blocos e linhas se organizam conforme uma dada disposição e direção. Fazem parte do que chamamos grosseiramente “página” todas as questões da “arquitetura gráfica” (termo de Gropius).

c) *Sintaxe.*

Do grafema à página, a organização da matéria escrita está submetida a leis sintáticas próprias de cada sistema. De modo geral, a organização sintática da língua escrita se dá pela combinação (ou alternância) de suas características principais: de um lado, os princípios de organização linguística (elementos necessários para constituição da frase, por exemplo); de outro, a posição que os elementos ocupam na página e a direção segundo a qual se desenvolvem – ou seja, sua orientação.

Essa organização é regida pelo que chamaremos *grafotaxemas*, que podem ser de três tipos: posicionais (auxiliam na organização dos elementos na página) – a que chamamos *topogramas*; linguísticos (regulam o desenvolvimento do texto), que foram chamados *punctogramas*; e morfológicos, que alteram a forma dos grafemas, os *morfogramas*. Dá-se a definição.

§ Grafotaxemas. Unidades gráficas dotadas de uma dimensão (visual) com função sintática na cadeia sintagmática da escrita e que orienta a disposição dos elementos gráficos na página. Dividem-se nos três tipos abaixo, que podem se manifestar concomitante ou alternadamente, do grafema à página:

Topograma. Responsável pela orientação dos grafemas alfabéticos, organiza o encadeamento das palavras e colabora para a delimitação de unidades linguísticas gerais maiores ou maiores (palavra-linha/verso/frase-discurso/página). São eles, na língua portuguesa⁷:

- Branco: no interior das letras, entre as letras, entre as palavras e entre as linhas.
- Direção: de cima para baixo; da esquerda para a direita; etc.
- Alinhamento: à esquerda, à direita, ao centro, justificado.
- Sinais de ritmização: () [] { } < > *** / \ | - –

Punctograma. É a categoria que corresponde aos sinais de pontuação clássicos. São exclusivos da língua escrita e servem para ordenar os grafemas, as palavras ou as frases, garantindo o fluxo do texto.

⁷ Outros sistemas de escrita, em outras línguas, podem contar com recursos diferentes de grafotaxemas. Como dissemos anteriormente, o princípio grafotático é geral, porém, suas unidades devem ser redefinidas em cada língua particular.

- Sinais de pontuação clássicos: , ; . ! ? : “ ” ‘ ’ ...

Morfograma. Diz respeito a alterações nos grafemas alfabéticos, sem os quais não existe, a fim de corroborar a organização sintática. Esta categoria pode ser descrita mais ou menos como os “grafemas de coalescência” (Catach, Dahlet) de que falamos anteriormente; ou seja, aqueles que só podem ser descritos por meio do suporte alfabético e não existem sem ele.

- Maiúsculas.
- Itálico.
- Negrito.
- Sublinhado.
- Riscado.

Finalmente, é preciso ter em mente que topogramas, punctogramas e morfogramas têm função sintática e, também, estilística. É principalmente sobre essas unidades que as figuras retóricas incidirão, como veremos adiante.

d) *Elementos plásticos*

Aos caracteres acima, podem-se aplicar traços exclusivamente plásticos, com função sintática e/ou estilística. Assim, a escrita é passível de receber:

- Cor.
- Tamanho.
- Forma.
- Textura.

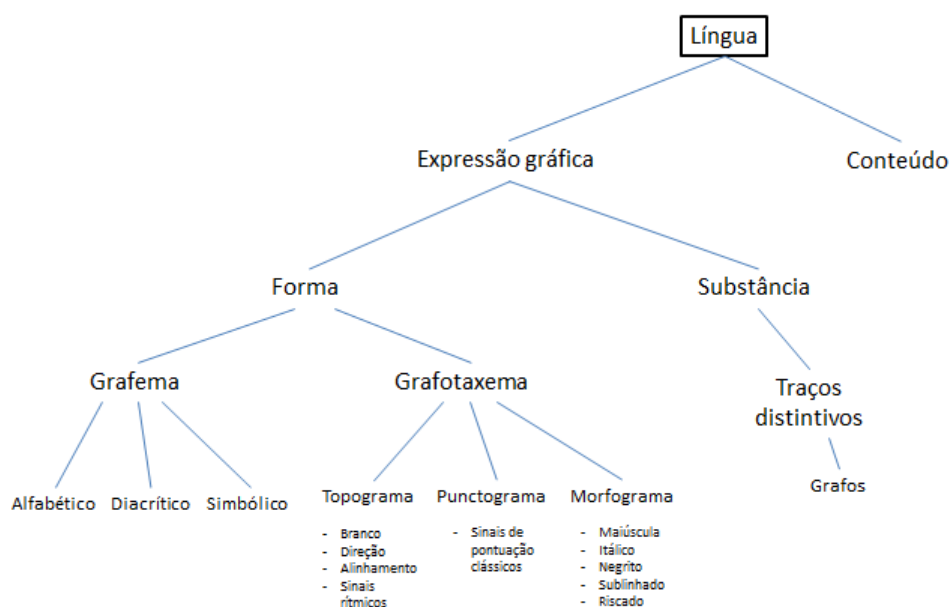
De certa forma, todas essas questões remetem à tipografia em seu amplo espectro. Se observarmos os manuais de caligrafia no século XV, já havia a preocupação em criar uma divisão precisa e sequencial dos procedimentos manuais, a fim de que estes se tornassem mecânicos. O objetivo era evitar as questões individuais da escrita, que

poderiam causar dificuldades na leitura. O ideal era que quem copiasse um texto tentasse alcançar a neutralidade e a impessoalidade na letra, a partir de um tipo padrão (Bomeny, 2010, p. 89). A tipografia podia, pois, provocar os seguintes efeitos, ligados a questões enunciativas:

mecânico/padrão	manual/variação
neutralidade/impessoalidade	personalidade
distanciamento	aproximação
objetividade	subjetividade

Logo, percebemos que todos esses são traços enunciativos que se tornaram o objetivo e a característica principal da tipografia no século XVI, por exemplo. Daí que todos os textos técnicos, jornalísticos, etc., empregam tipos correntes considerados neutros; enquanto a poesia, como veremos, poderá empregar os mais variados tipos, carregados, por si só, de efeitos de sentido diversos; além de poder acrescentar a eles características exclusivamente de ordem plástica, como variações de cor, tamanho ou textura. Finalmente, podemos propor o seguinte esquema para organizar as unidades elementares da escrita:

Figura 1: Unidades elementares da escrita



Fonte: Elaboração própria (“Trecho removido para preservar a avaliação às cegas”)

Assim, da combinação de grafemas surgem as *sílabas* e *palavras*. Estas, combinadas com os grafotaxemas, formam *frases* que se dispõem em *linhas*, *blocos* e *páginas*. Além disso, é preciso não se esquecer de que todos esses elementos são passíveis de receber investimentos de ordem plástica (cor, forma, tamanho e textura), cujo efeito pode ser tanto sintático quanto estilístico. Eis, portanto, as principais unidades da escrita.

4. Integração da grafemática à semiótica geral via retórica

As noções grafemáticas permitem perceber como textos exploram categorias da escrita para criar efeitos de sentido variados, como a inserção ou supressão do branco (topogramas), a manipulação de sinais de pontuação (punctogramas), a inversão da direção de leitura ou a supressão da maiúscula inicial de versos e frases (morfogramas). Esse conjunto constitui um repertório limitado, mas suficientemente abrangente, capaz de descrever práticas distintas e situá-las dentro da gramática própria da escrita.

Com base nesse repertório, é possível recorrer ao pensamento retórico, o que possibilita passar da identificação de elementos linguísticos à análise de elementos semióticos. Observa-se que os textos frequentemente submetem essas categorias a operações retóricas clássicas — adição, subtração, permutação e substituição —, desestabilizando estruturas tradicionais e produzindo novos efeitos de sentido, função central das figuras retóricas.

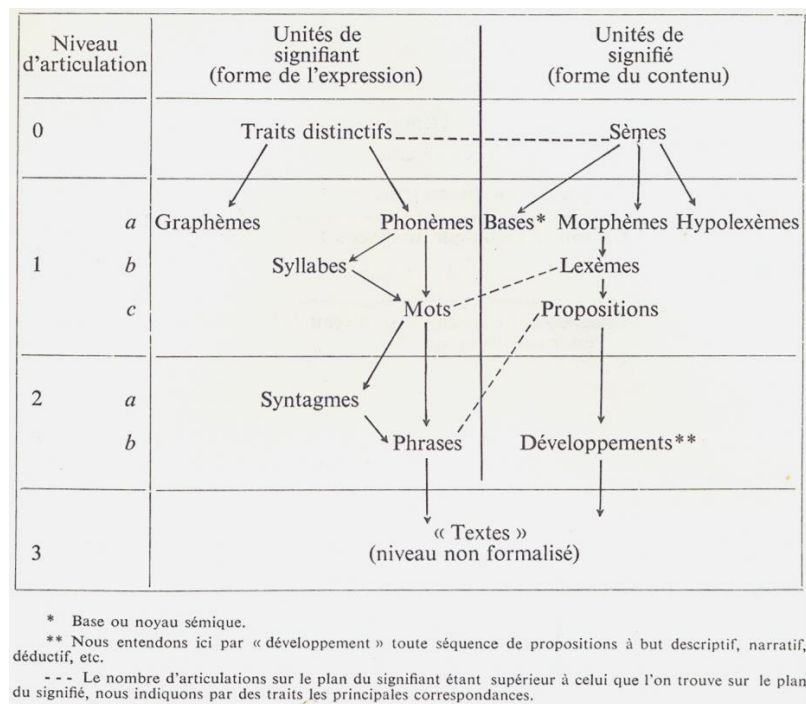
Ao longo da história, diferentes conceitos de figura retórica foram propostos. Neste trabalho, adotamos uma perspectiva baseada na *Retórica geral* do Grupo μ (1970) e na retórica-semiótica de Fiorin (2014), buscando ampliar a retórica tradicional e permitir sua aplicação a outras linguagens — visual, sonora, gestual — no nível do discurso. As figuras retóricas são compreendidas aqui como mecanismos de discursivização engendrados a partir das operações básicas de adição, subtração, substituição e permutação de elementos na enunciação e/ou no enunciado, produzindo efeitos de intensificação ou atenuação do sentido com o objetivo de dar corpo à argumentação e estabelecer diferentes graus de aproximação ou afastamento em relação ao enunciário, a fim de persuadi-lo por meio da instauração de um efeito de surpresa.

Desde a Antiguidade, observou-se que figuras retóricas derivam destas operações elementares: adição, subtração, substituição e permutação. No Grupo μ (1970), essas operações se dividem em: a) Substanciais (alteram a essência das unidades): Adjunção/repetição; Supressão; Substituição; e b) Relacionais (alteram a ordem sem modificar a essência): Permutação. A organização das figuras em classes, também segue uma hierarquia segundo níveis linguísticos. Nos rétores e gramáticos antigos, encontramos vícios e virtudes divididos em:

- Metaplasmos/barbarismos: afetam a palavra (fonética, ortografia, morfologia).
- Figuras/solecismos: afetam relações entre palavras (sintaxe, concordância, regência).
- Tropos/acirologias: afetam o conteúdo semântico da frase.

Essa catalogação das figuras retóricas não é uniforme e até hoje gera divergências e confusões. Nas gramáticas escolares atuais, por exemplo, costumamos encontrar *figuras de pensamento* (conteúdo) e *figuras de palavra* (expressão); outros dividem em *figuras de construção*, *figuras de pensamento*, *figuras de sintaxe*; Fiorin (2014) propõe uma divisão em tropos gramaticais, tropos lexicais e figuras não trópicas. Nesse contexto, retomamos aqui a proposição do Grupo μ de organizar todas as figuras (a que eles chamam “metáboles”) em níveis progressivamente menores (1970, p. 30)⁸:

⁸ Seja no plano do significante (fônico ou gráfico) ou no plano do significado (sentido), a cadeia manifestada pode ser considerada como uma hierarquia de planos, onde se “articulam” unidades discretas. Várias unidades do mesmo nível estão encaixadas (ou “integradas”, na terminologia de Benveniste) em uma unidade de ordem superior, e cada uma delas contém unidades de ordem inferior. A decomposição prossegue, em ambos os planos, até um nível atômico ou indivisível. No plano do significado, alcança-se o nível dos sememas. É notável que o último estado da decomposição seja sempre infralinguístico: nem os traços distintivos, nem os sememas têm existência explícita e independente na linguagem. As unidades de significado, tais como se manifestam no discurso, começam no nível imediatamente superior. (Grupo μ , 1970, p. 30, tradução nossa)

Figura 2: Níveis retóricos.

Fonte: Grupo μ, *Retórica geral*, 1970, p. 30.

Essa organização mantém a lógica clássica, mas atualiza os níveis linguísticos, incorporando traços distintivos anteriores à palavra e criando novas categorias para a escrita. A partir desses estudos, portanto, propomos aqui uma categorização em quatro níveis linguísticos para abordagem da escrita: 1) Diarismos: traços distintivos dos grafemas; 2) Metaplasmos: unidades inferiores às palavras; 3) Metataxes: relações entre palavras; e 4) Tropos: nível semântico e visual do texto.

Reunindo, portanto, categorias próprias da língua escrita, isto é, um repertório limitado e hierarquicamente organizado segundo níveis de análise linguística, e sua manipulação por meio da aplicação de operações retóricas, foi proposto este sistema mais geral para tratar das questões do plano da expressão gráfico. Cada nível se relaciona a dimensões da escrita: *linguística* (metaplasmos), *espacial* (metataxes) e *visual* (traços distintivos e tropos).

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscamos apresentar os princípios da Teoria Grafemática como um instrumento capaz de mapear, descrever e analisar o plano da expressão gráfico de textos em qualquer suporte. A partir deles, é possível vislumbrar um repertório amplo e sistemático, no qual se distinguem níveis e unidades elementares, como grafos, grafemas e grafotaxemas, correlacionados às quatro operações retóricas fundamentais: adição, subtração, substituição e permutação.

A Teoria Grafemática – ainda em formulação, é preciso destacar – funciona como o chão de fábrica da análise da escrita, fornecendo parâmetros, nomenclaturas e níveis que permitem a descrição rigorosa de qualquer inscrição textual. Para estudar essa escrita de maneira sistemática, é necessário construir instrumentos de análise, mapas e trilhos que permitam percorrer esse espaço. Esta Grafemática se propõe exatamente a isso: criar ferramentas para compreender a escrita em sua dimensão material, visual e organizacional, estabelecendo uma gramática da escrita que não seja normativa, mas capaz de revelar leis próprias, hierarquias e regimes estruturais.

Assim, o principal aporte deste estudo reside em tornar evidente que a escrita gera efeitos significativos na construção do sentido. Esses efeitos podem ser descritos e analisados a partir da conjugação das unidades morfológicas (grafemas), sintáticas (grafotaxemas) e plásticas, articuladas pelas operações e níveis retóricos sistematizados neste trabalho. A partir desse arcabouço, é possível identificar, localizar e descrever qualquer procedimento escrito, mesmo aqueles que não tenham sido previamente inventariados, a fim de integrá-los, num segundo momento da análise, a uma semiótica geral.

Referências

- ALARCOS LLORACH, E., 1968, « Les représentations graphiques du langage ». Em: A. Martinet, *Le langage*. Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, Paris, p. 513-568.
- ANIS, Jacques. avec CHISS, Jean-Louis. et PUECH, Christian, *L'écriture : théories et descriptions*, Bruxelas: De Boeck, 1988.
- ANIS, Jacques. « Pour une graphématique autonome ». Em: *Langue française. Le signifiant graphique*. Année 1983(a), Volume 59, Numéro 1, p. 31-44.

ANIS, Jacques. « Vilisibilité du texte poétique ». Em: *Langue française. Le signifiant graphique*. Année 1983(b), Volume 59, Numéro 1, p. 88 – 103.

ANIS, Jacques. « Vers une sémiolinguistique de l'écrit ». Em: *Linx* [on-line], 43 | 2000, mis en ligne le 11 juillet 2012, consulté le 23 octobre 2012. URL : <http://linx.revues.org/1046> ; DOI : 10.4000/linx.1046

ARRIVÉ, Michel. « La glossématique ». Em: POSNER, REBECCA e GREEN, JOHN (eds.) *Trends in Romance Linguistics and Philology*, Mouton, 1981, p. 305-351 (avec une lettre de Hjelmslev).

ARRIVÉ, Michel. « Les Danois aux prises avec la substance de l'encre ». Em: *Langue française*. N°59, 1983. pp. 25-30.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

CATACH, Nina. *L'orthographe*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.

CATACH, Nina (org.). *Langue française*. N°45, 1980. La ponctuation.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. « Le voyage à Pau avec Jacques Anis : retour sur le colloque de 1997 « Propriétés de l'écriture » », *Linx*, 60 | 2009, 67-72.

DAHLET, Veronique. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FIORIN, José Luiz. “Semiótica e retórica”. Em: *Gragoatá*, Niterói, n. 23, p. 9-26, 2. sem. 2007.

FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

GRUPO μ . *Rhétorique générale*. Paris: Larousse, 1970.

GRUPO μ . *Rhétorique de la poésie: lecture linéaire, lecture tabulaire*. Bruxelles: Editions Complexes, 1977.

GRUPO μ . *Traité du signe visuel; Pour une rhétorique de l'image*. Paris: Seuil, 1992.

HARRIS, Roy. *La sémiologie de l'écriture*. Paris: CNRS Editions, 1993.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, [1943] 2003.

HJELMSLEV, Louis. “La stratification du langage” [1954]. Em: *Essais linguistiques*. Paris: Les Editions de Minuit, 1971.

HJELMSLEV, Louis. *Résumé of a theory of language*. Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague, vol. XVI, Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

KLINKENBERG, Jean-Marie. « Vers une typologie générale des fonctions de l'écriture. L'écriture comme image ». Em: *Visible. L'hétérogénéité du visuel: Les syncrétismes, Volumes 2-3*. Presses Univ. Limoges, 2006.

MALMBERG, B. *Les domaines de la phonétique*. Paris: PUF, 1971.

“Trecho removido para preservar a avaliação às cegas”

“Trecho removido para preservar a avaliação às cegas”

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tulio de Mauro. Paris, Payot, 1967.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Premier cours de linguistique générale* (1907) d'après les cahiers d'Albert Riedlinger = Saussure's first course of lectures on general linguistics (1907): from the notebooks of Albert Riedlinger. French text edited by Eisuke Komatsu; English [ed. and] translation by George Wolf. Oxford, Pergamon, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Deuxième cours de linguistique générale* (1908-1909) d'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois. F. de Saussure; French text edited by Eisuke Komatsu = Saussure's second course of lectures on general linguistics (1908-1909): from the notebooks of Albert Riedlinger and Charles Patois / English [edition and] translation by George Wolf. Oxford, Pergamon, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Troisième cours de linguistique générale* (1910-1911) d'après les cahiers d'Emile Constantin = Saussure's third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin. F. de Saussure; French text edited by Eisuke Komatsu; English translation by Roy Harris. Oxford, Pergamon Press, 1993.

ULDALL, H. J. « Speech and Writing », in *Acta Linguistica*, IV, 1944.